



Observatório de Política Exterior do Brasil

– Informe de Política Externa Brasileira –

Nº 61

Fevereiro – 2015

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira (OPEB) é um projeto de informação temático executado pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro de Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Franca.

Em seu Informe mensal, o Observatório de Política Externa Brasileira destina-se a analisar a cobertura dada pelas revistas semanais *Carta Capital* e *Veja*, e pelos jornais *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo* e *Zero Hora*, mais especificamente pelos seus editoriais. Partindo-se do princípio de que esses veículos são formadores de opinião pública e representantes de posicionamentos político-ideológicos distintos, justifica-se verificar qual a visão que divulgam a respeito das ações do governo brasileiro no que tange a sua política externa. A metodologia utilizada para a realização dessa análise será a leitura minuciosa das reportagens e posterior cotejamento das mesmas a fim de identificar as diferentes percepções dessa política de Estado. Em um segundo momento, uma breve análise da conduta brasileira no âmbito internacional será feita à luz das Relações Internacionais.

Em 2009, o OPEB ganhou prêmio de melhor projeto de extensão na área das Humanidades no V Congresso de Extensão Universitária da UNESP e em 2011 ficou em 3º lugar na sexta versão do mesmo congresso.

Equipe de redação e revisão:

Coordenação: Profa. Dra. Suzeley Kalil Mathias;

Doutorando em Relações Internacionais, Política Internacional e Resolução de Conflitos (Universidade de Coimbra)/ Mestre em História (Unesp/Franca): Tiago Pedro Vales;
Mestrandos em Relações Internacionais (San Tiago Dantas – Unesp/Unicamp/PUCSP): Giovanna Ayres; José Augusto Zague; Livia Peres Milani; Luiza Elena Januário;
Raphael Camargo Lima;
Graduado em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: Henrique Neto Santos;
Graduandos em Relações Internacionais pela UNESP/ Franca: Aline Meschiatti; Jonathan de Assis; Kimberly Digolin.



Observatório de Política Exterior do Brasil

No mês de fevereiro a mídia abordou a política externa brasileira de forma crítica. Os principais assuntos tratados foram as relações bilaterais brasileiras com a Argentina, principalmente no âmbito do Mercosul, além das relações com Venezuela e Indonésia, no que concerne à democracia e direitos humanos, e a cobrança por um posicionamento do Brasil em relação à Ucrânia. O tema econômico também se fez presente com a análise da postura brasileira na OMC.

Relações Brasil – Argentina

Em editoriais publicados respectivamente nos dias 13, 16 e 17 de fevereiro, os periódicos Valor Econômico, O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo abordaram o tema das relações comerciais do Brasil com a Argentina, no âmbito do Mercosul. Os três jornais destacaram a assinatura de um acordo comercial de cooperação entre a Argentina e a China, que proporcionará que aquele país financie investimentos em infraestrutura no vizinho brasileiro, assim como gera condições para o aumento das exportações de manufaturados chineses e para a venda de commodities argentinas. Os periódicos apontam que o superávit brasileiro com relação ao vizinho tem diminuído e que o acordo potencializa a importação de manufaturados chineses pela Argentina, gerando a possibilidade de que estes entrem com maiores facilidades que os brasileiros. Os jornais questionam, assim, a política comercial brasileira e destacam a possibilidade de perdas ao Brasil.

No entanto, as críticas são diferenciadas e *O Estado de S. Paulo* faz críticas mais veementes ao questionar a prioridade da América do Sul na política externa brasileira, criticando o governo do Partido dos Trabalhadores e argumentando que o mesmo colocou questões ideológicas acima de interesses nacionais ao privilegiar as relações com a Argentina. No entanto, os dados apresentados pelo jornal parecem contraditórios a tal afirmação, uma vez que se mostra que durante o governo de Lula houve uma reversão da tendência de déficits comerciais com relação ao vizinho e que o superávit brasileiro alcançou marcas bilionárias e que, embora tenha caído consideravelmente no último ano, a situação brasileira ainda é superavitária. Ademais, ao contrário do enfatizado pelo jornal, a parceria entre o Brasil e Argentina não é uma característica do



Observatório de Política Exterior do Brasil

governo Lula, mas uma política contínua, que se perpetua desde o momento de redemocratização.

Já a *Folha de S. Paulo* argumenta que a região não deve deixar de ser um pilar da Política Externa brasileira e que o país deve buscar aproveitar sua "vantagem natural" na região como uma plataforma para sua inserção internacional. O *Valor Econômico* argumenta que tal acordo mostra a pequena importância que a Argentina infere ao bloco comercial e que o Brasil deveria agir de forma mais firme com relação ao vizinho. Os três periódicos destacam também as dificuldades econômicas vividas pela Argentina no período recente e a baixa capacidade de acesso ao mercado financeiro internacional, que justificariam a aproximação entre Argentina e China.

Tendo em vista o contexto apresentado pelos periódicos, é inegável o desafio apresentado pela China ao Brasil na América do Sul e o risco que a expansão do país asiático traz à indústria sul-americana e às exportações de manufaturados brasileiros à região. A questão é especialmente grave pois os vizinhos são os principais mercados de industrializados brasileiros e o país vem perdendo espaço para os chineses. No caso argentino, tal situação mostra-se alarmante para a indústria brasileira e também para a própria indústria argentina. Assim, tendo em vista que a abertura à China não é um problema apenas para a indústria brasileira, mas ainda mais para os manufaturados argentinos, o fato de ambos não atuarem conjuntamente com relação ao tema mostra a fragilidade da parceria bilateral no campo comercial e a necessidade de maior concertação, para que juntos possam lidar com o desafio chinês.

Por outro lado, não se deve ignorar as dificuldades econômicas e financeiras pelas quais passa a Argentina e a impossibilidade brasileira de socorrer o vizinho, o que contribui para a aproximação desta com a China, que passa a ser vista como a única opção. De qualquer forma, a opção argentina, mesmo se benéfica no curto prazo, mostra-se bastante arriscada no longo prazo e contraditória à política protecionista e industrial do país.

Relações Brasil-Venezuela

Os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* abordaram a postura do Brasil frente a questões de direitos humanos na Venezuela. Ambos os periódicos



Observatório de Política Exterior do Brasil

enfatazaram a prisão de políticos venezuelanos que fazem oposição ao governo do presidente Nicolás Maduro, com destaque para a prisão do prefeito de Caracas, Antonio Ledezma. A *Folha de S. Paulo* argumentou que a prisão de um líder opositor com poucos poderes revela o grau de desespero e extremismo a que chegou Maduro, o qual oprime a liberdade de expressão e atribui a terceiros os problemas venezuelanos. *O Estado de S. Paulo* criticou a ambiguidade das ações brasileiras, contrastando a falta de ação do governo brasileiro – que considerou a prisão de Ledezma como uma questão interna à Venezuela – com a postura tomada em 2012 em relação ao Paraguai, quando o Congresso paraguaio destituiu o então presidente Fernando Lugo e o Brasil apoiou a suspensão do país do Mercosul, alegando quebra da cláusula democrática do bloco.

De fato, os jornais abordaram um ponto importante que são as constantes queixas de violação da democracia e da liberdade de expressão na Venezuela. Sabe-se que o país bolivariano é membro do Mercosul e comprometeu-se a respeitar a cláusula democrática do bloco. Por isso, é esperado que a Venezuela cumpra com os preceitos democráticos e que os demais países membros condenem possíveis violações à democracia ou aos direitos humanos.

No papel de um país emergente que vem ganhando cada vez mais espaço no cenário internacional, cobra-se da política externa brasileira uma postura mais ativa em relação aos direitos humanos. Seja nas relações bilaterais ou nas organizações regionais, é esperado que o Brasil condene publicamente questões relativas aos direitos humanos. Porém, tradicionalmente, o Brasil mantém a linha de não se envolver em questões políticas internas de outros países tampouco apoiar intervenções.

Nota-se que na política externa brasileira nos últimos anos há casos em que o diálogo prevalece sobre o constrangimento internacional em temas que versam sobre direitos humanos, porque está em jogo o histórico de relações do governo brasileiro com o país que está sendo acusado de violações e as prováveis consequências – políticas e econômicas – que punições ou sanções acarretariam nas relações do Brasil com a Venezuela.

O problema das análises da *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* são que elas explicam a postura brasileira apenas por fatores ideológicos, como se todas as ações



Observatório de Política Exterior do Brasil

brasileiras fossem guiadas por afinidades ideológicas entre Brasil e Venezuela. Entretanto, os jornais não levam em consideração a diversidade de fatores envolvidos nas relações entre os dois países como a relevância da parceria econômica com o país bolivariano.

Relações Brasil-Indonésia

Em editorial publicado no dia 26 de fevereiro, o jornal *O Estado de S. Paulo* criticou as reações da presidente brasileira, Dilma Rousseff, em relação à Indonésia. De acordo com o periódico, a mandatária exagerou ao recusar-se a receber as credenciais do embaixador Toto Riyanto, indicado para representar a Indonésia no Brasil, depois que o Judiciário do país asiático decidiu executar um brasileiro condenado por tráfico de drogas. Em resposta, o governo indonésio entregou ao embaixador brasileiro em Jacarta uma nota de protesto e qualificou a atitude de Rousseff como hostil e inaceitável. *O Estado de S. Paulo* argumenta que o papel da presidente nesse caso deveria ser de apenas pedir clemência e respeitar a decisão soberana da Indonésia, mas que o Brasil quis mostrar sua suposta firmeza na defesa de seus interesses no exterior utilizando-se do impasse com a Indonésia.

O periódico, entretanto, não lembrou que o governo indonésio ignorou o pedido de clemência não só do Brasil, mas de outros países que tiveram cidadãos executados no país asiático. Assim como o governo brasileiro, a Holanda protestou contra a ação da Indonésia e também convocou seu embaixador no país para consultas. Organizações de direitos humanos da própria Indonésia questionam a postura do país de adotar a pena de morte para casos de tráfico de drogas no lugar de adotar uma política antidrogas eficiente. Portanto, ao contrário do que defende o periódico, não se trata de um mero capricho da presidente brasileira para demonstrar poder internacional, mas uma forma de externalizar a desaprovação do Brasil em relação à forma pela qual a Indonésia tratou seu cidadão. Desaprovação compartilhada por outros países como a Holanda e por parte da comunidade internacional.

Questão ucraniana



Observatório de Política Exterior do Brasil

A *Folha de S. Paulo*, em editorial do dia 5 de fevereiro, e a *Veja*, na edição de 25 de fevereiro, abordaram a questão da Ucrânia na política externa brasileira a partir de diferentes pontos. A *Folha de S. Paulo* trabalhou o recrudescimento dos conflitos no leste do país europeu e defendeu que o Brasil, como membro dos Brics, deveria ter manifestado há muito tempo sua preocupação com as violações cometidas pelo governo russo na região. O periódico ressaltou que não é possível imaginar que o Brasil interfira de fato nos rumos da questão ucraniana, mas que ainda assim é necessário um posicionamento por parte do governo brasileiro. Por sua vez, a *Veja* tratou do projeto brasileiro-ucraniano de construção de um foguete e de uma base de lançamento em Alcântara, Maranhão. Segundo a revista, a Ucrânia acusa o Brasil de parar de investir no projeto e afirma que o país sul-americano não respondeu nenhuma de suas seis correspondências oficiais relativas ao tema. A *Veja* apontou que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação brasileiro assegurou, em nota, que o projeto não foi suspenso e que a crise política no parceiro gerou incertezas e prejudicou a interlocução. O periódico destacou que o Brasil é quem tem mais a perder se der o calote e pode ter um prejuízo de 2 bilhões de reais ao interromper a iniciativa espacial. Para a revista, uma explicação plausível para a situação reside no Brasil ter cedido a pressões russas para abandonar o projeto. Para tentar corroborar essa afirmação, a *Veja* citou documentos do Itamaraty que revelavam que o chanceler russo pediu ao Brasil que não condenasse a atuação de seu país na Ucrânia e foi atendido.

Pode-se afirmar que os dois periódicos são favoráveis a um posicionamento mais firme por parte do Brasil em relação à Rússia, no sentido de deixar claro sua preocupação com as ações russas na Ucrânia e não ceder a pressões de Moscou. É necessário recordar, porém, que o Brasil é parceiro tanto da Rússia quanto da União Europeia e dos EUA e que a situação no leste da Ucrânia é delicada, dificultando alinhamentos automáticos e proposições simples. O Brasil adotou desde o início do conflito uma posição de defesa do diálogo e busca de uma solução no âmbito da ONU, pontos condizentes com seus princípios de política externa. Conforme a *Folha de S. Paulo* apontou, o Brasil pouco poderia interferir ativamente nos rumos da crise política no leste europeu. Por outro lado, podia-se esperar uma atitude mais pró-ativa de um Estado que buscava construir um notável protagonismo internacional e que se envolvia



Observatório de Política Exterior do Brasil

em questões complicadas de Defesa e Segurança Internacional. Além do mais, o projeto espacial comum de Brasil e Ucrânia não deveria parar de receber investimentos sem ser fornecida nenhuma explicação e a complexidade do quadro político do parceiro espacial não justifica ignorar correspondências oficiais, especialmente sobre um tema de interesse compartilhado.

Relações Comerciais

O Estado de S. Paulo, em editorial, afirma que o Brasil não aceita avançar nas negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), sem a contrapartida dos países desenvolvidos e da China, na redução dos subsídios que concedem ao setor agrícola. A China, grande importadora de produtos agrícolas, não mostra disposição para diminuir os subsídios ao setor, ao contrário, pretende ampliar o apoio à produção local como estratégia para diminuir a dependência dos fornecedores externos. Temendo que a iniciativa da nova Rodada Doha, acelere as discussões sobre o comércio de bens industriais e de serviços, o governo brasileiro anunciou que não aceitará o jogo de faz de conta na OMC, em que a falta de ambição e ausência de vontade política, dificulte o objetivo de ampliar o acesso a mercados para a agricultura. Segundo o periódico, o governo do PT boicotou a criação da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA) que abriria o acesso para os produtos industrializados brasileiros.

Em consonância com *O Estado de S. Paulo*, o jornal *Folha de S. Paulo* afirma que o novo ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Armando Monteiro Neto, oriundo do setor industrial, tem insistido em uma agenda pragmática e de negação do terceiro-mundismo adotado pela diplomacia comercial petista desde 2003. Segundo o periódico, uma das principais tarefas do novo ministro é consertar os erros e tolices da administração petista na área comercial e cita uma entrevista de Monteiro Neto em que admitiu a possibilidade de negociações comerciais com outros blocos, como um sinal de inflexão do governo. Para o jornal, a ausência de acordos de livre-comércio entre o Brasil e os países desenvolvidos, como ocorre com os vizinhos Chile, Colômbia e Peru, sobretudo com os Estados Unidos, limita a pauta de exportações de produtos manufaturados. A dependência do comércio com a Argentina,



Observatório de Política Exterior do Brasil

que vive uma crise prolongada e da China, país que tem crescido em ritmo menor e para o qual o Brasil vende produtos primários e importa bens industrializados, reduziu os saldos das exportações brasileiras. O jornal *Valor Econômico*, em editorial, afirma que o longo período em que a economia brasileira conviveu com a valorização cambial e uma política comercial equivocada, reduziram a pó a competitividade da indústria. A ênfase no Mercosul e a fixação política no eixo sul-sul não trouxeram os resultados esperados. Segundo o periódico, uma parte da equipe econômica brasileira se inclina em direção a relações ativas e relevantes com Estados Unidos e União Europeia, sinalizado a possibilidade de acordos comerciais com países desenvolvidos e maior abertura comercial.

A análise dos editoriais dos três periódicos demonstra e reforça a posição crítica da imprensa à política sul-sul dos governos Lula e Rousseff. No entanto, nenhum periódico faz referência à crise econômica internacional iniciada em 2008, que teve epicentro nos Estados Unidos e interrompeu um ciclo importante de crescimento da economia mundial. Os desdobramentos da crise internacional, ainda produzem efeitos perversos na Europa e aos poucos atingiu os países emergentes. A diminuição do crescimento chinês afetou o preço das commodities, como o minério de ferro e a soja, interrompendo os saldos gerados pelas exportações brasileiras. A perda de competitividade do setor industrial brasileiro e, por consequência, a diminuição das vendas externas de produtos manufaturados é o resultado da combinação câmbio valorizado e juros altos e não de uma suposta falta de acordos comerciais com os países desenvolvidos. Tradicionalmente, a indústria brasileira, que inova pouco, utiliza a abundância de mão de obra disponível como fator para diminuir os custos e ampliar a produtividade. No entanto, apesar do baixo crescimento, a economia tem preservado o nível de emprego até o momento e não houve alterações bruscas na média salarial, dificultando a diminuição dos custos através do fator trabalho. Ademais, a valorização do dólar em relação ao real, deve modificar essa correlação e permitir maior fôlego ao setor da indústria ao longo de 2015 e 2016.

Referências:



Observatório de Política Exterior do Brasil

Folha de S. Paulo – Opinião: No quintal do Kremlin - 05/02/2015;
O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: Pouca ambição na OMC – 09/02/2015;
Folha de S. Paulo – Opinião: Frágil Mercosul – 21/02/2015;
Folha de S. Paulo – Opinião: Despotismo Maduro – 21/02/2015;
O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: ‘Persistência no erro’ – 16/02/2015;
Folha de S. Paulo – Opinião: Mudando rumos do comércio – 18/02/2015;
Valor Econômico – Opinião: A difícil missão de reaver os saldos da balança comercial – 20/02/2015;
O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: ‘Questão interna’ – 24/02/2015;
O Estado de S. Paulo – Notas & Informações: Diplomacia da picuinha – 26/02/2015
Valor Econômico - Acordo entre Argentina e China debilita o Mercosul - 13/02/2015
Veja – Internacional: Um calote espacial - 25/02/2015